

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL
DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Referente ao processo nº ~~XXXXXXXXXX~~

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1 - RESUMO DOS FATOS

O acusado responde a ação penal pela suposta prática do crime previsto no art. 121, *caput* do Código Penal, qual seja, o delito de homicídio simples.

O crime ocorreu no dia ~~xx/xx/xxxx~~, tendo a denúncia ajuizada pelo Ministério Público sido recebida na íntegra pelo juízo em ~~xx/xx/xxxx~~ (fls.nº ~~xx~~).

Iniciada a instrução, procedeu-se às oitivas das testemunhas **FULANA DE TAL (fls.nº xx)**, **FULANO DE TAL (fls.nº xx)**, **FULANO DE TAL (fls.nº xx)** e **FULANA DE TAL (fls.nº xx)**, além do interrogatório do acusado (**fls.nº xx**).

Em sede de Alegações Finais, o Ministério Público requereu a pronúncia do acusado, alegando a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade. Vieram os autos com vistas à Defensoria Pública, o que enseja, neste momento processual, a apresentação destas Alegações Finais por memoriais.

2 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA CRIME DIVERSO DE DOLOSO CONTRA A VIDA, EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE NÃO-CULPABILIDADE

O Ministério Público, em sede de Alegações Finais, referiu-se às oitivas das testemunhas **FULANAS DE TAL**, como suficientes a embasar a decisão de pronúncia, pois ambas afirmaram que o acusado atingira a vítima com golpes de faca.

Vê-se, todavia, que dos depoimentos colhidos em juízo não há a possibilidade de se extrair o *animus necandi* necessário à configuração do crime de homicídio. Embora os indícios sejam suficientes para indicar que o acusado foi o autor da facada desferida contra a vítima, nada há que indique o dolo de matar, não havendo nenhuma afirmação por parte das testemunhas no sentido de que o acusado tenha afirmado expressamente qualquer ânimo homicida no momento dos fatos.

Não comprovado o *animus necandi*, não resta outra alternativa senão a da desclassificação do delito para crime diverso de doloso contra a vida, em obediência ao princípio do *in dubio pro reo*.

Aliás, argumentar que na fase processual do *iudicium accusationis* vige o princípio do *in dubio pro societate* constitui resquício do ranço inquisitório que remonta à década de 40, quando, sob a égide de um regime totalitário, nascia um Código de Processo Penal absolutamente inclinado à restrição de direitos e garantias fundamentais, em vez de assegurá-los.

Sobre o princípio do *in dubio pro societate* e sua inadequação aos mais basilares princípios de um Estado Democrático de Direito, é precisa a lição de Paulo Rangel:

“(...) se há dúvida, é porque o Ministério Público não logrou êxito na acusação que formulou em sua denúncia, sob o aspecto da autoria e da materialidade, não sendo admissível que sua falência funcional seja resolvida em desfavor do acusado, mandando-o a júri, onde o sistema que impera, lamentavelmente, é o da íntima convicção(...). A desculpa de que os jurados são soberanos não pode autorizar uma condenação com base na dúvida(...)”

(Paulo Rangel, Direito Processual Penal, p. 79, Editora Lumen Iuris, 2010)

Perfeita a lição de Rangel, pois, a soberania dos veredictos, prevista no art. 5º, XXXVIII da Constituição da República, é garantia fundamental de natureza processual e, via de regra, tem sido utilizada como argumento contrário à preservação do direito de liberdade, já que se submete o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri como se existisse

algum direito fundamental do Estado ou dos jurados a que estes sejam soberanos.

Decerto que a soberania dos veredictos, em sendo um direito atinente ao acusado, não pode ser utilizada como fundamento legal para prejudicá-lo, devendo-se dar preponderância ao princípio da presunção de inocência, este sim previsto constitucionalmente, de forma expressa. Já o princípio do *in dubio pro societate* não tem previsão constitucional, motivo pelo qual deve ser descartado do nosso sistema.

Eis o ensino de Aury Lopes Junior:

“O sistema probatório fundado a partir da presunção constitucional de inocência não admite nenhuma presunção procedimental, inversão do ônus probatório ou frágeis construções inquisitoriais do estilo in dubio pro societate”.

(Aury Lopes Junior, Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional, p.535, Editora Lumen Iuris, 2009).

Assim, diante da inexistência de comprovação do dolo de matar, não resta outra alternativa senão a da aplicação do princípio da presunção de inocência, no sentido da desclassificação para o crime de lesão corporal seguida de morte, com fulcro no art. 419 do Código de Processo Penal, deslocando-se a competência para uma das Varas Criminais da Circunscrição Judiciária de Ceilândia-DF.

3- DO PEDIDO

Ante o exposto, pleiteia o acusado a DESCLASSIFICAÇÃO do delito de tentativa de homicídio para

crime diverso de doloso contra a vida, requerendo a redistribuição do feito para uma das Varas Criminais da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXX, com fundamento no art. 419 do Código de Processo Penal.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Local, dia, mês e ano.

DEFENSOR FULANO DE TAL